A arte da prataria no Brasil e no Rio de Prata no período colonial: estudo comparativo*

Maria José Goulão
(Faculdade de Belas Artes da Universidade do Porto)

GOULÃO, Maria José – *A arte da prataria no Brasil e no Rio de Prata no período colonial: estudo comparativo.* Anales del Instituto de Investigaciones Estéticas. Vol. 21, nº 74, 1999, p. 135-145.

A REGIÃO DO RIO DA Prata, integrada nos territórios da Coroa espanhola, e o Brasil, colónia portuguesa, mantivera, durante todo o período colonial, relações muito estreitas a vários níveis. Esta situação leva a que, em muitas ocasiões, Buenos Aires e a sua região mais pareçam um prolongamento natural da colónia portuguesa do que uma zona rival. As semelhanças entre ambas as regiões revelam-se não apenas no plano geográfico ou ao nível das formas de organização social e económica, mas também no domínio cultural e artístico, de tal modo que, ao longo de vários séculos, encontramos nos fenómenos de gosto e nas manifestações artísticas da região platina uma muito maior aproximação dos modelos luso-brasileiros do que dos modelos importados diretamente de Espanha, ou comuns a toda a zona do Vice-Reino do Perú, onde o Rio da Prata se integrava política e institucionalmente. A aceitação dos modelos artísticos luso-brasileiros, que suplantam largamente a influência peruana ou espanhola, tem que ver com toda uma situação de interdependência, que procuraremos explicar e caracterizar em breves palavras.

A economia e a sociedade do Rio da Prata desenvolveram-se à volta de dois grandes centros de atividade colonial: o complexo mineiro de Potosí e, mais tarde, o porto comercial de Buenos Aires. Esta cidade fornecia artigos de luxo estrangeiros e escravos negros a Potosí, servindo também como um importante centro ilegal para a exportação da prata peruana. Obviamente, como área dependente de Potosí, e fornecedora daquela cidade, a zona do Rio da Prata mantinha um desenvolvimento económico e social correspondente ao daquela região.[1]

Desde a segunda e definitiva fundação da cidade de Buenos Aires, em 1580, data, igualmente, da união das duas coroas ibéricas, que esta modesta cidade costeira, situada numa zona inóspita e desprovida de riquezas naturais, viveu uma situação de subalternidade. Afastada da capital do Vice-Reino do Perú, onde se inseria, e dependente, para fins judiciais, da Audiência de Charcas, nada parecia predestiná-la a um futuro brilhante. A implantação de um povoado

nessa zona do estuário do Prata estivera essencialmente dependente de considerações estratégicas, e a cidade era mais uma peça na defesa da zona meridional dos territórios de Castela, e na luta pela soberania naquela região. Depressa a região foi esquecida pela governação espanhola, mais ocupada com os territórios a norte, onde se situava a fonte máxima da riqueza, os centros mineiros considerados pelo vice-rei Toledo como *os eixos onde andam as rodas de todo este Reino, e a fazenda que vossa Magestade tem*.[2]

No entanto, rapidamente os habitantes da cidade, e sobretudo os portugueses da zona fronteiriça, que logo desde o início passam para o Rio da Prata, percebem o interesse económico da região, como ligação única e privilegiada, pela via atlântica, ao interior do vice-reino do Perú, e sobretudo ao altiplano andino e às minas de prata.

Potosí, Oruro e la Paz eram abastecidas por Buenos Aires, em detrimento de Lima e do porto de Callao, destinos oficiais dos navios fretados pela Casa da Contratação de Sevilha. A maior parte dos três milhões de pesos produzidos anualmente em Potosí passavam a Buenos Aires, e raras vezes se conseguia encontrar em Lima um peso potosino. Juntamente com a produção de Oruro e la Paz, Chile, Tucumán e Paraguai, um total de mais de 4 milhões de pesos descia com destino a Buenos Aires. Desta quantia, só trezentos mil pesos viajavam para Espanha nos navios de registo. O restante era levado pelos portugueses.[3]

A fabricação da prata podia ser interrompida no estado da “pinha”, quando o metal branco se apresentava sob a forma de um pequeno pão de açúcar. Com duas pinhas, obtinha-se um lingote. Devido à escassez crónica de meios de pagamento no Perú, muitas vezes a pinha circulava, escapando à pesagem, titulação e marcação, e ao arrecadamento de cerca de 20% da produção (o “quinto”). A prata não quintada podia ainda apresentar-se transformada em “prata lavrada” isto é, em objetos litúrgicos, joalharia, baixela lisa e simples de prataria colonial, usada na vida quotidiana. Pinhas e lingotes, quintados ou não, serviram de meio de pagamento. A prata não quintada tinha as suas cotações e o seu mercado negro, e saldava as aquisições ilegais com o Brasil, que escapavam ao controle da Casa da Contratação de Sevilha.[4] Não é, pois, de admirar a referência constante em testamentos brasileiros dos séculos XVII e XVIII a enormes quantidades deste metal, lavradas e por lavrar.

Um bom exemplo da atividade dos contrabandistas luso-brasileiros é o caso do bispo Francisco de Vitória, um comerciante português, ingressado tardiamente na ordem dos dominicanos, em Lima. Em 1577, na altura de união das duas coroas, obtém de Filipe II o bispado do Tucumán. Chegado à região em 1581, rapidamente se confessa dececionado com a pobreza da sua jurisdição, mas quando vai ao terceiro Concílio de Lima, em 1583, detém-se na região das minas de prata, e apercebe-se da sua riqueza, e da excelente posição estratégica do Tucumán, a meio caminho entre o Alto-Perú e o Atlântico. Obtém da Audiência de Charcas licença para comerciar com o Brasil, parte de

Buenos Aires, chega a São Vicente, onde fica 26 dias, e daí ruma à Bahía. Na volta, seis meses mais tarde, para no Espírito Santo, no Rio de Janeiro, em São Vicente. Em 1587, o bispo Frei Francisco de Vitória envia para o Brasil, através dos seus representantes, 1015 marcos de prata trabalhada que escaparam ao quinto real, 215 marcos de prata branca em lingotes subtraídos à marcação, e ouro. Em 1588, um dos seus barcos, carregado com 45 mil pesos de prata, perde a sua carga na viagem para o Brasil. No mesmo ano, os seus detratores denunciam ao rei a expedição de 30 000 pesos de prata não quintada.[5]

O mercador Diogo Lopes de Lisboa foi igualmente um dos elos importantes nas transações do Prata com o Brasil. Em 1591, passa daí para Buenos Aires, e de lá para o Tucumán, grangeando fortuna no comércio. Casou em Lima, o que lhe deve ter aberto grandes possibilidades. A seguir, muda-se para Santiago del Estero, província do Tucumán, a meio caminho entre Potosí e Buenos Aires. Estendia as suas atividades a Santafé e Córdoba. Enviúva, regressa a Portugal, e casa com uma senhora membro de uma família de judeus de Évora. Com as condenações à fogueira de vários membros da sua família, Diogo Lopes foge novamente para Buenos Aires, fixando aí residência com a sua mulher e voltando aos negócios. Em 1614, ele e Diogo da Veiga *tratan e contratan en el dicho puerto con naciones y navios de la costa del Brasil e Portugal*, e parece que também da Flandres. Mais tarde, ingressa na vida eclesiástica, servindo-se das boas relações com o arcebispo, de quem era confessor privado, para proteger os restantes portugueses, espalhados agora por todo o vice-reino do Perú.[6]

A visitação do inquisidor Heitor Furtado de Mendonça às capitanias brasileiras do centro-leste, em 1591, beneficia as capitanias do sul, não sujeitas às perseguições aos judaizantes, e sobretudo o porto do Rio de Janeiro, cuja importância cresce, avolumando-se as trocas com o Rio da Prata. Mercadores de ambas as regiões estabelecem-se nos dois portos, aumentando as trocas nos dois sentidos.[7]

Em 1594, é publicado o ato que fecha o porto de Buenos Aires ao comércio luso-brasileiro. A coroa espanhola, através do seu governo central, procura cercear o comércio ilegal, objeto de inúmeras queixas dos grandes comerciantes de Lima e de Sevilha, que vêm o seu monopólio ameaçado. Daí para a frente, só podiam atracar em Buenos Aires os barcos provenientes de Sevilha e enviados pela Casa da Contratação. Mas a situação de intenso contrabando e imigração clandestina mantêm-se, de tal modo que, já no século XVII, num documento apresentado por uma junta ao rei, propondo a criação de um tribunal da Inquisição no Rio da Prata, se denuncia *la entrada de los de la nación hebrea en las provincias del Peru por la via de Buenos Ayres,* já que *conviene i es muy necesario assi para la pureça de la religion catholica, como para la conservazion temporal de las provincias del Peru y las circunvezinas ataiar quanto fuere posible la emtrada y comunicacion que los christianos*

nuebos de la nacion hebrea de los reynos de Portugal hazen por bia de Buenos Ayres y por todo el Río de la Plata[…] no solo por la mucha plata que sacan y mercaderias prohibidas que meten por aquellas partes.[8]

Em 1613, haviam partido de Buenos Aires vários navios com destino ao Brasil, e dizia-se publicamente na cidade que voltariam com escravos. Em 1614, entraram no porto de Buenos Aires 15 ou 16 navios de arribada, procedentes de Angola e do Brasil. Em 1615, 13 ou 14 navios entraram da mesma maneira.[9]

Segundo José Gonçalves Salvador, as rotas mais utilizadas, com os seus centros nas capitanias brasileiras, no Rio da Prata e em Angola, *conjugavam os portos dos respetivos litorais entre si, fortaleciam a unidade geopolítica, que lhes era comum, e, ao mesmo tempo, contribuíam para fomentar o intercurso de pessoas, de ideias e de produtos de cada região. A própria cidade de Buenos Aires encaixava-se melhor na área portuguesa do que na castelhana, pelo menos economicamente, e sobretudo enquanto durou a união das duas Coroas.*[10]

Depois da separação das coroas portuguesa e espanhola, em 1640, as relações estreitas de interdependência a nível económico mantêm-se, mesmo se contrariavam abertamente o clima de conflito armado entre ambas as potências, nesta zona fronteiriça.

No início do século XVII, os traficantes estabelecem ligações a Luanda: muitas mercadorias que chegavam ao território angolano eram desviadas para a América espanhola, juntamente com os escravos, necessários para o trabalho nas minas do Perú. O governador interino de Angola, capitão Manuel Cerveira Pereira, manda para Buenos Aires, em menos de três anos, seis navios com mercadorias e escravos, sem licença. O seu sucessor, nomeado por Madrid, o fidalgo Manuel Pereira Forjaz, une-se a um mercador judeu, e explora uma rede de negócios que envolve a Península, as Canárias, Angola, as Índias de Castela, a Bahía e Pernambuco. O traficante Paulo Roiz recebe escravos e outras mercadorias de Angola, negoceia com Córdoba, tem intermediários em Buenos Aires, em Tucumán e no Alto Perú. Os seus negócios estendem-se desde o Perú a Buenos Aires, Brasil, Península Ibérica e Países Baixos.[11]

A Colónia do Sacramento, fundada em 1680 pelos portugueses, na outra banda, face a Buenos Aires, cedo se torna uma rival comercial desta cidade. O estuário atravessava-se de barco em apenas seis horas de navegação, e essa ténue distância separava o território português do da coroa espanhola. A Colónia também estava numa posição privilegiada para servir a navegação estrangeira no estuário, bem como a navegação fluvial ao longo da bacia do rio Paraná. O porto português atraía aos recursos pecuários da pampa uruguaia, e as caravanas de prata que vinham de Córdoba para Buenos Aires. Pequenos barcos passavam facilmente de um porto para o outro com bens de contrabando. Quando a Companhia dos Mares do Sul (South Sea Company) perdeu a sanção oficial em Buenos Aires, os navios ingleses passaram

simplesmente a atracar na Colónia, para carregarem prata e couros. Um ataque militar espanhol à Colónia do Sacramento, em 1762, surpreendeu aí 27 navios mercantes ingleses.[12]

Em 1707, entre os habitantes de Buenos Aires encontravam-se *muchas personas muy beneméritas así por su calidad y sangre como por sus servicios, nietos y biznietos de portugueses que vinieron a poblar en tiempo de los señores reyes don Felipe II, don Felipe III y don Felipe IV, reyes que fueron legítimos de Portugal en tiempo en que esta corona estaba unida a la de Castilla, y aunque después se levantó este reino, siempre quedaron los referidos y sus ascendientes debajo del vasallaje de los dichos reyes cada uno en su tiempo con las mayores demonstraciones de amor y lealtad habiendo tomado las armas contra la corona de Portugal en todas las ocasiones que se han ofrecido del real servicioy especialmente en los desalojos que se han ofrecido de los portugueses que habitaban la nueva Colonia*.[13]

Em 9 de julho de 1753, numa carta ao ministro espanhol Dom José de Carvajal y Lancaster, fazem-se várias acusações contra os portugueses: *Son tantos, tan crecidos, tan interesados, tan desvergonzados y tan sin temor al Rey, las introducciones continuas de la Colonia y permitidas con disolución por estos Oficiales reales que no es posible creerlo a no estar presente.* Os comerciantes da cidade acusados de cumplicidade neste documento eram todos portugueses: Carlos de los Santos Balente, Manuel de Olivera Braga, Bartolomé Jacinto de Quiroga e Francisco Pérez de Saravia.[14]

Em 1772, o forasteiro Francisco Millau, de visita a Buenos Aires, diz o seguinte: *Hay establecido en Buenos Aires un gran número de Portugueses o descendientes de ellos, que con otros muchos forasteros de esa nación compondrá como una cuarta parte de sus moradores. Se avienen bien generalmente con ellos los demás naturales, sin el reparo que es común entre los extranjeros, o sea, porque su industria y habilidad en toda suerte de oficios los hace allí muy apreciables, o porque la abundancia del país no da lugar a que fomente envidia su adelantamiento o estación*.[15]

Também do lado português há a consciência clara da importância vital do contrabando. Em carta do governador da Colónia do Sacramento, António Pedro de Vasconcelos, ao rei, em 20 de abril de 1732, até agora inédita, pode ler-se o seguinte: *Senhor (…) correo o negocio da outra banda* [Buenos Aires] *com tal ímpetto, e felicidade que será a porssão de pratta, na remessa desta frotta, muy avultada, ademirando o consumo, que se tem dado às copiozas partidas de fazenda vindas dessa cortte, Pernambuco, Bahia, e Ryo em dezanove navios entrados de todos os portos. E muito mais haverem voltado todos com carga, não obstante a deficuldade do transporte dos couros, pella infinita distançia onde se acha o gado*.[16]

Vemos, pois, como a separação entre o Rio da Prata e o Brasil perdurava apenas no plano político. À margem dos ordenamentos jurídicos e políticos, imperava uma realidade social e económica de compenetração firme e de

indiscutível simbiose, que os historiadores de ambos os países têm frequentemente ignorado.

O trajeto de barco entre Buenos Aires e as costas brasileiras incluía normalmente escalas em Puerto San Rodrigo, Santa Catarina, São Francisco, Cananeia, e depois, já em território brasileiro, em São Vicente, São Sebastião, Angra dos Reis, Rio de Janeiro, Cabo Frio, Bahia Grande, Espírito Santo e Bahía de Todos os Santos. Por essas regiões costeiras terá entrado grande quantidade de prata lavrada e por lavrar, como é referido no texto anónimo dos Diálogos das Grandezas do Brasil, escrito em 1618, onde se refere que *do Rio da Prata costumam navegar muitos peruleiros em caravelas, e caravelas de pouco porte, onde trazem soma grande de patacas de quatro e de oito reales, e assim prata lavrada e por lavrar, em pinhas e em postas, ouro em pó e em grãos, e ouro lavrado em candeias, os quais aportam com estas coisas no Rio de Janeiro, baía de Todos os Santos e Pernambuco, e comutam as tais coisas por fazendas das sortes que lhes são necessárias, deixando toda prata e ouro que trouxeram na terra, donde tornam carregados das tais fazendas a fazer outra viagem para o rio da Prata*.[17]

Está ainda por fazer o estudo aprofundado da forma como este comércio clandestino com Buenos Aires, via Colónia do Sacramento, terá eventualmente influenciado os territórios brasileiros no que diz respeito às artes em geral, e à ourivesaria em particular. Com efeito, os objetos de prata lavrada e alguns artigos de uso doméstico e religioso provenientes do Perú e Alto Perú que deram entrada nos portos daquela colónia portuguesa contribuíram certamente para modelar a feição de certos carateres originais da arte barroca brasileira. Igualmente, sabemos que de Buenos Aires se encomendavam muitos objetos de prata lavrada ao Brasil.[18]

É sobretudo na ourivesaria, mais ligada a funções de representação social e religiosa, ao luxo, e portanto menos permeável a influências locais de índole popular,[19] que a marca de um barroco e rococó eruditos, de origem luso-brasileira, é mais notável.

No início do século XVII, há notícia da chegada dos primeiros ourives lusitanos a Buenos Aires, alguns vindos de Portugal continental, outros do Brasil. A análise dos censos, padrões e estatísticas posteriores revela que o seu número foi extremamente significativo, e mesmo possivelmente bastante superior ao registado, já que muitos artífices luso-brasileiros preferiam ocultar a sua origem, claramente indiciada nos apelidos. Em Buenos Aires, os ourives portugueses chegaram a ser superiores, em número, aos de origem espanhola: em 1788, num total de 46 ourives registados, 24 dão-se como nascidos na região platina, 5 nasceram em Espanha, e 15 são originários de Portugal e do Brasil.[20]

A presença e a atividade destes ourives é referida na documentação da época. Em carta do governador da Colónia do Sacramento, António Pedro de Vasconcelos, ao rei, em 23 de março de 1726, diz-se: *Na ocazião em que se*

perdeo a nau caravella neste ryo, hindo dar a outra banda os passageiros naufragados, se deixou ficar em Buenos Ayres hum ourives por nome Joseph dos Sanctos, que vinha para esta Praça, este se acha hoje ahy estabelecido com bom principio, e como a terra o hospedou bem deu ordem a que sua mulher passasse das Ilhas ao Rio de Janeiro, e daquella cidade a esta Praça, a qual chegou há poucos dias com dous filhos, e querendo continuar a viagem para Buenos Ayres, em duvida se cabia na minha alçada, e como me paresse que não, e estou atacado de empenhos para este fim, principalmente de outro ourives de bom prepozito que aly há por nome Aleixo Alvarez em quem os Portuguezes que passão a outra banda achão um grande agazalho, e conseguera por seu respeito os mayores negocios, entro a pedir a Vossa excelencia com todo o encarecimento queira dar a licença que se me pede, e mandarma expedir pella via do Rio de Janeiro no cazo que não saya dahy embarcação para este porto em tempo breve.[21]

No domínio da ourivesaria, se a influência portuguesa se exerceu essencialmente através dos artistas lusos que passaram para Buenos Aires, há que recordar que quando o Vice-Rei Ceballos ocupou a Colónia, em 1777, o produto do saque de todas as suas igrejas foi distribuído pelos templos da capital do Rio da Prata; uma parte destes objetos de culto, produzidos por portugueses e de elevado valor artístico, manteve-se até aos nossos dias em Buenos Aires e constituiu certamente uma fonte de inspiração para os prateiros locais. O livro de inventários do Mosteiro de Santa Catarina de Sena de Buenos Aires tem registados os seguintes objetos provenientes dos templos da Colónia do Sacramento: *Primeramente una cruz grande de plata con hasta de procesiones./ Item. Otra de lo mismo para guión. / Item. Dos candelabros de lo proprio./ Item. Una custodia, de ítem que puede servir de cálix./Item. Un cálix de ítem con su patena y cucharita./ […] Item. Una lâmpara de ítem./ […] Item. Cuatro palias./[…]Item. Seis purificadores. / […] Item. Un juego de sacras*.[22]

Datam do século XVIII, no qual a influência portuguesa foi muito marcante, várias peças de ourivesaria, maioritariamente destinadas ao culto religioso, como píxides, ciriais, lâmpadas, tocheiros, cálices, turíbulos, custódias, sacras, navetas, coroas, etc. Algumas, raras, apresentam marcas de ourives brasileiros, ativos no Rio de Janeiro.

As estantes litúrgicas são um dos objetos que espelham de forma mais original esta influência, no final do século XVIII. Conservam-se em Buenos Aires alguns exemplos com as formas e ornamentação do mobiliário de estilo D. José, muito apreciado na região. Em 1773, o viajante Concolorcorvo, ao descrever Buenos Aires, não deixa de fazer referência ao gosto pelo mobiliário luso-brasileiro em madeira de jacarandá: *Hay pocas casas altas, pero unas y otras bastante desahogadas y muchas bien edificadas, con buenos muebles, que hacen traer de la rica madera del janeiro, por la Colonia de Sacramento*.[23]

Trata-se de peças com elevado peso de prata, fundidas, repuxadas e cinzeladas, apresentando decoração *rocaille*, remates assimétricos e pés

elegantes, com dupla curvatura, que repetem a forma característica dos “pés de cabra” do mobiliário da época.

Todas estas peças são obras importantes para o contexto local, com grande peso de prata, e parecem corresponder a encomendas significativas por parte da hierarquia da Igreja, ou a doações laicas de vulto. No seu conjunto, apresentam um grande primor de execução e uma boa qualidade técnica, que correspondem a padrões europeus, e provam que muitos artífices nascidos e educados em Portugal ou no Brasil transmitiram aos seus aprendizes as formas e os processos de trabalho aí assimilados. São peças de contornos muito marcados, com formas refinadas e uma ornamentação exuberante, fazendo corpo com o objeto, onde abundam as volutas, os concheados as cabeças de querubim, e toda uma iconografia erudita. A influência da gramática decorativa luso-brasileira barroca e rococó demarca estes objetos da restante produção local, e sobretudo da que era enviada do Alto Perú.

Através de uma análise formal comparativa de obras de prataria conservadas em coleções e museus brasileiros, nomeadamente no Museu Arquidiocesano de Mariana, no Museu Mineiro de Belo Horizonte, no Museu do Ouro de Sabará e na coleção de Márcia Moura Castro, de Belo Horizonte (Minas Gerais), bem como de peças da coleção da Arquidiocese de Olinda e Recife, do Mosteiro de São Bento de Olinda, e de J. Maciel Neto, Recife (Pernambuco), e do Museu Carlos Costa Pinto, do Salvador (Bahia), com as suas congéneres rioplatenses, procuraremos demonstrar visualmente como, no campo das artes decorativas, se verificou uma clara aceitação dos padrões estéticos portugueses, pela via luso-brasileira, em detrimento da influência peruana ou altoperuana.

A corrente de gosto criada acompanha, aliás, o próprio fluxo migratório, muitas vezes clandestino, dos portos brasileiros para Buenos Aires, e põe em causa o clássico modelo teórico centro-periferia, que assenta mais em considerações político-económicas do que na análise dos fenómenos da arte e da cultura. Assim, poderíamos afirmar que, se pensássemos num mapa das províncias artísticas para o século XVIII na América do Sul, e atendendo estritamente ao campo das artes decorativas, a zona correspondente ao Rio da Prata mais facilmente integraria a região do Brasil do que o Sul e Leste da América do Sul, se seguirmos a divisão proposta por George Kubler.

[1] Jonathan C. Brown, *A socioeconomic history of Argentina*, *1776-1860*, Cambridge, Cambridge University Press, 1979, pp. 9-10.

[2] Citado por Cristina Esteras Martín, “Aproximaciones a la platería virreinal hispanoamericana”, em Ramón Gutiérrez (coord.), *Pintura, escultura y artes útiles en Iberoamérica, 1500-1825*, Madrid, Cátedra, 1995, p. 381.

[3] Ricardo Levene, *Investigaciones acerca de la historia económica del virreinato del Plata*, La Plata, 1928 (cit. por Enrique M. Barba, *Sobre el contrabando de la Colonia del Sacramento Siglo XVIII*), "Investigaciones y Ensayos", Buenos Aires, nº 28, Janeiro-Junho 1980, p. 61.

[4] Cf. Marie Helmer, *Comércio e contrabando entre a Bahía e Potosí no séc. XVI,* "Revista de História", São Paulo, Ano IV, nº 15, Julho- setembro 1953, pp. 205- 206.

[5] Cf. Idem, *ob. cit*, pp. 196-199 e 209.

[6] José Gonçalves Salvador, *Os cristãos-novos e o comércio no Atlântico meridional (com enfoque nas capitanias do Sul 1530-1680)*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1978, p. 68.

[7] Idem, *ob. cit.*, pp. 66-67.

[8] Archivo General de Indias, Sevilla - Indiferencia General - Reales Decretos - Años 1618 a 1624 - Est. 140- Caj. 3 Leg. 10 (transcrito em José Torre Revello, *Nuevos datos para el estúdio de la Inquisición en el Río de la Plata (con apéndice documental)*, Buenos Aires, Casa Editora Coni, 1930, pp. 22-23.

[9] Idem, "Un contrabandista del siglo XVII en el Río de la Plata", *Revista de Historia de América*, Instituto Panamericano de Geografía e Historia, México, nº 45, junio 1958, p. 124.

[10] José Gonçalves Salvador, *Os cristãos-novos e o comércio no Atlântico meridional (com enfoque nas capitanias do Sul 1530-1680)*, São Paulo, Livraria Pioneira Editora, 1978, p. 337.

[11] Idem, *ob. cit.,* pp. 367-368 e 369.

[12] Jonathan C. Brown, *ob. cit.*, p. 26.

[13] Archivo General de la Nación, Acuerdos, série II, t. I, pp. 580 a 612 (cit. por José Torre Revello, *La sociedad colonial (Páginas sobre la sociedad de Buenos Aires entre los siglos XVI y XIX)*, Buenos Aires, Pannedille, 1970, p. 171).

[14] Cf. Enrique M. Barba, *Sobre el contrabando de la Colonia del Sacramento (Siglo XVIII)*, "Investigaciones y ensayos", Buenos Aires, nº 28, Janeiro-Junho 1980, pp. 59-60.

[15] Francisco Millau, *Descripción de la provincia del río de la Plata (1772)* (ed. y estúdio preliminar de Richard Konetzke), Buenos Aires, Espasa-Calpe Argentina, s/d, p. 43.

[16] Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa - Nova Colónia do Sacramento-Caixa 3-Doc. 41, fl. 1.

[17] *Diálogos das grandezas do Brasil*, Rio de Janeiro, ed. Academia Brasileira, 1930, p. 144.

[18] Quando o governo de Lisboa proíbe em 1766 o exercício do ofício de ourives nas capitanias do Rio de Janeiro, Pernambuco, Bahía e Minas Gerais, para obstar ao desvio do ouro do Brasil, o Vice-rei Conde da Cunha protesta, alegando que *…de Buenos Aires encomendam nos grande quantidade de obras de prata, o que trazia utilidade tanto aos artífices como ao comércio do reino, de cuja falta resultam prejuízos muito sensíveis*. (Cit. por Fernando Marques dos Santos, "A ourivesaria no Brasil antigo", *Estudos Brasileiros*, ano II, vol. IV, nº 12, maio junho de 1940, pp. 627-628.

[19] Cf. Damián Bayón, "Las artes aplicadas barrocas en Latinoamérica", em *Simposio Internazionale sul Barocco Latino Americano-Atti,* vol. 1 Roma, Istituto Italo Latino-americano,1982, p. 159.

[20] Véanse Adolfo Luís Ribera e Hector H. Schenone, *Platería sudamericana de los siglos XVII-XX*, Buenos Aires, Banco de Itália y Rio de la Plata, 1981, p. 58.

[21] Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa-Nova Colónia do Sacramento-Caixa 2-Doc. 39, fl. 2 verso.

[22] Libro de inventarios antiguos del Monasterio de Santa Catalina de Sena de Buenos Aires (cit. por Andrés Millé, *El Monasterio de Santa Catalina de Sena de Buenos Aires-Evocación del siglo XVIII*, tomo II, Buenos Aires, Pellegrini, 1955, pp. 317-318).

[23] Concolorcorvo*, El lazarillo de los ciegos caminantes desde Buenos Aires hasta Lima*, Buenos Aires, Junta de Historia y Numismática, 1908 (cit. por Ramón Mellero García, *Manual informativo de la ciudad de Buenos Aires*, Buenos Aires, Instituto Histórico de la Ciudad de Buenos Aires, 1981, p. 79).

* A autora gostaria de expressar o seu agradecimento à Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, que viabilizou a sua deslocação a este Congresso, tendo igualmente patrocinado muito do trabalho de pesquisa realizado em território sul-americano. De igual modo, gostaria de salientar e agradecer todo o apoio prestado pelas instituições, colecionadores, amigos e colegas brasileiros, argentinos e uruguaios. Esta comunicação, com algumas modificações, foi posteriormente apresentada no Brasil, no IV Colóquio Luso-Brasileiro de História da Arte, realizado em S. Salvador, Bahia, em setembro de 1997.